



Veredas Atemática

Volume 22 – nº 2 – 2018

Por uma análise do discurso político: o caso Cristiane Brasil

Oriana de Nadai Fulaneti*

RESUMO: O presente artigo compõe-se de duas partes principais. Na primeira, apresentam-se algumas definições, coerções e características do discurso político propostas por autores principalmente franceses. A perspectiva teórica predominante é a Semiótica Discursiva, todavia, expõem-se também noções de autores da Análise do Discurso e da Teoria Política. O intuito é resgatar pesquisas não necessariamente recentes, mas que trazem importantes contribuições para a análise de discursos políticos. Na segunda parte, realiza-se a análise do discurso do “Caso Cristiane Brasil” tendo como base os conceitos apresentados nas seções iniciais. Como resultado, verifica-se que os conceitos apresentados contribuem para a maior compreensão não apenas do corpus estudado, mas da realidade política brasileira.

Palavras-chave: Discurso Político; Semiótica Discursiva; Análise do Discurso Francesa; Caso Cristiane Brasil.

Introdução

Com as transformações sociais ocorridas nos últimos trinta anos, sobretudo aquelas no âmbito dos meios de comunicação, a forma de se fazer política também tem mudado. Política é ação entre homens, coisa pública, coletiva. Se as novas tecnologias estão alterando as formas de interações humanas, elas certamente atingirão a política e seu discurso. Mencionemos alguns exemplos. A Primavera Árabe, onda de manifestações e de protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África entre o final de 2010 e o ano de 2011 contra as ditaduras lá existentes, inaugura a intensa participação da rede de computadores em um movimento político e começa a delinear uma forma de se fazer política diferente daquela até então praticada. Máquinas interconectadas da forma como são possibilitam uma comunicação horizontalizada,

* Professora Adjunta de Linguística e Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba.

na qual todos podem ter voz. Além disso, a comunicação é mais rápida, mais econômica, torna as distâncias muito menores. Dessa forma, o sistema concentrado de representação, a existência de um único líder, de uma única instituição legitimada, passa a ser questionada. A cultura atomizada desencadeada por esse processo de globalização e acelerada pela rede possibilita a formação de inúmeros movimentos de indignação, de denúncia social e de busca de construção de novas realidades. Foi assim com as Jornadas de Junho, série de manifestações políticas iniciada pelo Movimento do Passe Livre que levou milhares de brasileiros às ruas em junho de 2013 e aflorou diversas pautas reivindicatórias. Para o sociólogo espanhol Manuel Castells (2013), a Primavera Árabe, o movimento dos indignados espanhóis, o movimento Occupy iniciado em Wall Street são episódios de uma rede de indignação e esperança que está se construindo. Todavia, apesar da esperança, não se pode ignorar o potencial da *web* para outras utilidades bem distintas, como as *Fake News*, a conquista de jovens estrangeiros para o Exército Talibã, o crescimento dos *haters* e das redes de intolerância etc.

Nesse contexto, apesar de muitos discursos pregarem o “fim da política” ou o seu total descrédito, observa-se que esta voltou a se tornar objeto de estudo de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, interessados na maior compreensão da nova configuração de política que está se delineando. A adequação das teorias existentes ou a necessidade de reformulação para acompanhar tais transformações, trazendo explicações e respostas, consiste em um desafio para muitos pesquisadores.

O presente artigo reúne alguns autores que estudaram a Política e principalmente o Discurso Político, no intuito de trazer contribuições para a análise de discursos políticos. Não se trata de uma proposta inovadora e sim da compilação de trabalhos que parecem relevantes para aqueles que pretendem se aventurar na análise de discurso político. Considerando o princípio da espiral pedagógica, é preciso retomar para avançar.

Assim, em um primeiro momento apresentam-se algumas definições, coerções e constantes do discurso político desenvolvidas por autores predominantemente da Semiótica Francesa, mas também da Análise do Discurso Francesa e da Ciência Política. Em seguida, realiza-se a aplicação dos trabalhos expostos na análise do “caso Cristiane Brasil”, ou seja, o imbróglio envolvendo a nomeação não concretizada da deputada federal para o cargo de Ministra do Trabalho. Espera-se, com isso, contribuir tanto para os avanços metodológicos atuais sobre os estudos do discurso político quanto para a maior compreensão do funcionamento da política brasileira.

1. Sobre Política

Neste item, expõem-se algumas definições e características de política que são, de modo geral, adotadas pelos analistas de discurso político e/ou que mantêm diálogo com as temáticas por eles abordadas.

O termo política tem sua raiz no adjetivo grego *Politikos*, que significa tudo o que se refere à polis, à vida pública. O substantivo expande-se e ganha estatuto de ciência a partir da obra de Aristóteles, *Política*, grande referência para a filosofia política clássica. Na época moderna, a polis é substituída pelo Estado e a política passa a ser compreendida como a arte de governar.

Na realidade ateniense, os cidadãos se reuniam para decidir sobre a vida coletiva. A ação política visava à construção do bem comum. Para o filósofo grego, a política constrói publicamente uma ética coletiva, o que só é possível devido ao avanço da linguagem humana, como bem explicam Oliveira e Sahad:

Por possuir palavra significativa o homem é o ser social por excelência. A palavra expressa o caráter de eticidade das ações humanas. Somente no homem ela permite a distinção entre o justo e o injusto, entre o bem e o mal. É segundo essa ordem da linguagem que o homem é capaz de estruturar o real segundo sua cadeia de significados, fugindo da passividade imposta aos seres desprovidos da deliberação comunicada, e, desse modo, formar o Estado. (OLIVEIRA; SAHAD, s.d, p. 9)

A tão conhecida frase de Aristóteles, “o homem é um animal político”, sugere que os humanos nasceram para viver em grupo e não isolados. Em sua obra *A Política* (Livro Primeiro, capítulo II), tomando como ponto de partida as relações existentes na família, a célula da sociedade, o Estagirita tece reflexões sobre as formas de poder. A relação entre senhor e servo, relação vertical base da economia familiar, o filósofo grego associa o poder despótico; à relação entre pai e criança, que ocorre entre homens livres, porém desiguais segundo a ordem natural da idade, o poder régio e, por fim, à relação homem-mulher ou conjugal, uma relação entre iguais, o poder político. A política se faz na relação entre iguais. Apenas os homens livres participavam das Assembleias na Ágora, as quais eram vistas como verdadeiras guerras retóricas.

Bobbio (1998), no verbete política de seu *Dicionário de Política*, apresenta a tipologia moderna das formas de poder, composta pelo poder econômico, relacionado à posse de bens; o poder ideológico, o qual exerce forte influência nas ideias e o poder político, que detém o monopólio do uso legítimo da força. O poder político é um poder do homem sobre o homem, e por essa característica de prova de força, a política é apresentada por muitos teóricos como uma relação amigo-inimigo. Nessa perspectiva, a política deixa de estar exclusivamente na gestão do Estado e passa a permear nosso cotidiano, fazendo-se presente em qualquer desencontro de interesses com potencial de se tornar rivalidade ou conflito: na família, no trabalho etc.

Há que se mencionar, ainda, a relação que Hanna Arendt (2002) estabelece entre política e liberdade. A filósofa alemã se recusa a aceitar apenas o caráter combativo e violento da política, enfatizando-a como ação comum. Segundo essa autora, quando fazemos nossas próprias escolhas e nos responsabilizamos por nossos atos, estamos sendo políticos.

Vale estabelecer algumas aproximações entre as características da política anteriormente expostas e da linguagem, entendida aqui como capacidade humana de comunicação. Ambas são intersubjetivas, ações interativas que acontecem entre os homens; ambas constituem sistemas simbólicos resultantes de convenções sociais, representam uma forma de ação e são permeadas de disputas.

Sendo a política concebida como uma ação entre homens e associada em seu princípio aos assuntos tratados na Ágora, ela é necessariamente histórica, pois ocorre entre homens de uma determinada época, de um determinado local, que vivem determinadas realidades socioculturais. Do ponto de vista dos estudos linguísticos, a abordagem que considera a historicidade do sentido é a discursiva. O discurso é a instância linguística que contempla os embates, os acontecimentos, as instabilidades de sentido.

Dessa forma, a relação entre linguagem e política não se localiza apenas no enunciado, mas principalmente na enunciação, no discurso, o qual, como nos ensina Foucault, é parte constitutiva da política: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10)

O discurso não está apenas a serviço de desmascarar, reforçar ou camuflar o poder, ele é o próprio poder. Ou não desejaríamos que a nossa verdade, a nossa perspectiva político-ideológica se tornasse uma maioria a gritar, num só coro, Fora XXX; XXX Já etc? Assim, palavra e ação constroem o movimento político.

Apesar da estreita relação (ou em decorrência dela) entre linguagem e política, o sintagma discurso político não é compreendido de forma homogênea, assim como não são homogêneas as noções de política nem de discurso. No presente trabalho, apresentam-se algumas definições e características do discurso político desenvolvidas por autores de uma escola majoritariamente francesa, filiados sobretudo à Semiótica, mas também à Análise do Discurso e à teoria Política. Três são os assuntos mais recorrentes nas obras estudadas: a definição, as coerções e as estratégias enunciativas mais comumente presentes no discurso político. Trataremos a seguir de cada um desses tópicos.

2. Sobre o discurso político

2.1. Discurso político – algumas definições

Consultando diferentes autores que escreveram sobre discurso político, encontramos em suas obras, entre tantas semelhanças, a afirmação de que não existe um discurso especificamente político. No verbete política do *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÈS, 1986), Landowski, procurando os elementos de politicidade de um discurso, propõe dois critérios, um semântico e outro sintático. Semanticamente, o discurso político é aquele que trata de política. O segundo critério, sintático, enfoca o caráter de disputa de poder da política. Assim, o discurso político é aquele que visa certos efeitos de poder, um discurso de transformação das competências dos actantes da comunicação para a obtenção do poder.

Com relação ao critério semântico, Le Bart (1998) chama a atenção para o fato de, muitas vezes, um conteúdo nada político ter efeito político, inclusive o de despolitização. Por exemplo, é muito comum algum aspecto pessoal do candidato ser usado como argumento de sua competência ou incompetência para governar: pai de família exemplar, homem que acorda cedo, cachaceiro, drogado, gay etc. Diante disso, o autor afirma que o discurso político é aquele proferido por mulheres e homens “políticos”, atores da política. Charaudeau (2006), na mesma direção, considera que é a situação de comunicação que torna um discurso político, não o seu conteúdo.

Reunindo os critérios e considerando as situações políticas como situações de disputa de poder, temos um resultado que talvez pareça óbvio ou ingênuo: o discurso político é aquele que fala de política em situação política ou (nesse caso a conjunção está sendo empregada com valor de alternância, não de exclusão) o discurso político é aquele proferido por políticos em situação política.

Nas próximas seções, expõem-se alguns mecanismos de coerção que precisam ser considerados na compreensão do discurso político, bem como algumas constantes observadas em sua economia interna.

2.2. Discurso político: algumas coerções

Inicialmente, segundo Le Bart (1998), há que se considerar o regime político vigente. O estatuto da atividade discursiva, o direito à palavra, à opinião, expressão e oposição, não é o mesmo em uma democracia, na qual sujeitos políticos se expressam livremente; em regimes autoritários, como aqueles vividos na América Latina nas décadas de sessenta e setenta, nos quais havia departamentos de censura que decidiam o que poderia ou não ser dito, ou em realidades de totalitarismo, como a Alemanha da era Hitler, que possuía um serviço de espionagem e controle da expressão extremamente rígido. Juntamente com o regime, o sistema político, a forma como o poder do Estado se encontra organizado, e o mosaico institucional da sociedade também variam historicamente. Em algumas sociedades, há forte presença da Igreja

no Estado; em outras, são os fatores econômicos que reinam. Há ainda o papel da Justiça, da Escola, da Imprensa, das Forças Armadas etc.

Ainda de acordo com o cientista político francês, um segundo aspecto bastante relevante é a conjuntura, que pode ser concebida em períodos mais longos – uma situação de continuidade que se vive - período de crise econômica, de pleno emprego, de revoluções culturais, de guerra; em períodos mais curtos dentro dessa continuidade – época de eleição, de carnaval, de Copa do Mundo; ou em acontecimentos pontuais que nos tomam de surpresa – um ataque terrorista, uma enchente, um acidente aéreo, um terremoto, um tsunami etc. A conjuntura interfere no funcionamento social e discursivo.

Voltando mais especificamente para a comunicação, observa-se inicialmente a “língua”, ou melhor, a norma. Qual é a norma usada pelos políticos? Certamente a considerada a norma padrão, a “norma culta”. Os políticos são homens autorizados a governar, autoridade que lhes é conferida pela sua imagem de saber e de poder, qualidades que incluem o domínio da norma socialmente valorizada, empregada predominantemente pelos grupos sociais dominantes. No Brasil, quem presenciou a transição do presidente Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva pôde ouvir inúmeros comentários preconceituosos e desqualificadores afirmando a incapacidade de Lula para ser governante devido ao seu desconhecimento da norma padrão da língua portuguesa – “não sabe nem falar português, como vai governar o Brasil?” Esse imperativo da norma padrão coloca muitas vezes líderes de partidos e grupos voltados para a defesa das classes populares em dificuldades na produção de seus discursos, pela necessidade de harmonização entre falar simples e não descumprir as expectativas sociais.

Ainda em relação à comunicação, não se pode deixar de mencionar os meios pelos quais esta se manifesta. O surgimento de novas mídias influencia no funcionamento do espaço público. A invenção da escrita torna possível a burocracia do Estado de Direito Romano; a popularização do rádio e da TV reconfiguram a política e principalmente as campanhas eleitorais ao longo do século XX, tornando decisivas aparições no horário eleitoral gratuito, em entrevistas para diferentes emissoras e sobretudo em debates. Essa reconfiguração atinge tal profundidade que, de acordo com Landowski, na segunda metade do século vinte havia três atores de legitimidade na arena política: os políticos, os jornalistas e a opinião pública. O semioticista francês preenche várias páginas da sua obra *A sociedade Refletida* na descrição da opinião pública e de sua função para a política. Para o autor, a opinião pública, manipulada pela mídia a partir de pesquisas estatísticas e da ideologia dominante, corresponde a uma abstração dos valores e do desejo de uma comunidade.

O papel dos meios de comunicação é essencial na vida política contemporânea. Dessa forma, a crescente presença do espaço virtual no cotidiano das pessoas tem ampliado o modelo de comunicação multidirecional – de todos para todos, que tem um funcionamento bastante diferente da comunicação unidirecional, de um para todos, predominante na TV, em jornais impressos e tão estudada pelos especialistas da cultura de massas. Todas as novidades advindas das mudanças nas formas de comunicação impactam a política.

Resumindo, não se pode mais pensar na política ignorando a rede. A política se faz atualmente em dois espaços, o concreto e o virtual. Assim, torna-se imperativo estudarmos o discurso político na rede, o papel da rede na política, as formas de ação política possibilitadas pela rede etc. Outra questão essencial é o sincretismo de linguagem. A reunião de múltiplas mídias e múltiplas formas de expressão resulta em novas configurações textuais, criando novas formas de compreensão, de comunicação e, conseqüentemente, novas formas de identificação, novos pactos de verdade e confiança.

Por fim, vale mencionar elementos que fazem parte do funcionamento de qualquer discurso, como as coerções de gênero e da situação de comunicação. Os gêneros textuais, tipos relativamente estáveis de enunciados, inserem-se em práticas sociais contextualizadas. Assim, não se fala do mesmo modo em um discurso preparado para os militantes em um comício, em

uma entrevista de rádio ou em uma mensagem do twitter. Como se sabe, é necessário considerar, minimamente, interlocutor, meio, momento e local de interlocução, bem como os objetivos pretendidos.

Apesar de todas essas variáveis, verifica-se que o funcionamento do discurso político apresenta diversas constantes, algumas das quais serão apresentadas no próximo item.

2.3. Discurso político: algumas constantes

De acordo com Charaudeau, há no discurso político uma estrutura de narrativa mítica:

O discurso político – mas ele não é o único – realiza encenação seguindo o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: uma situação inicial que descreve o mal, a determinação de sua causa, a separação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural. (CHARAUDEAU, 2006, p.91)

É muito comum o discurso político insistir na desordem social que torna seus cidadãos vítimas, buscar uma origem para ela e uma forma de solucioná-la. Ainda de acordo com o analista de discurso francês (CHARAUDEAU: 2006, p. 101), essa proposta de reestabelecimento da ordem possui dois percursos principais de ação, os quais representam dois estilos políticos – o chamado principista, que tem na finalidade um princípio de ação; e o pragmático, para o qual os fins justificam os meios.

O fim da narrativa política apresenta dois modelos preponderantes, os quais são associados a estilos políticos distintos. Por um lado, esta pode ser encarada como uma guerra, uma disputa que terá apenas um vencedor. Nesse caso, política é sinônimo de luta, e fazem parte de seu percurso a vitória de uns e a derrota de outros, a inclusão do vencedor e a exclusão do perdedor. Por outro lado, a narrativa pode ser concebida como uma possível conciliação entre as partes, com vantagens e desvantagens para ambos os lados, opção em que o confronto adquire mais a figurativização de uma negociação, um contrato.

Como dito anteriormente, o discurso político tem como modalidade essencial o poder. No caso de uma democracia, o político solicita ao cidadão que lhe seja conferido o poder para governar, isto é, para se tornar o representante na gestão das diferentes instâncias estatais. Diante disso, o destinador¹ do discurso político se pronuncia em nome de toda a nação ou de um grupo de interesses, mas nunca em nome próprio; ele se coloca como o simples executor de uma vontade coletiva, como um destinador social.

Todavia, para que lhe seja conferido este poder é preciso que o político faça crer que tem as competências necessárias para governar, entre as quais se encontra a habilidade retórica. Para os gregos antigos, os homens de um modo geral e sobretudo os políticos deveriam saber lutar não apenas com o corpo, mas principalmente com as palavras, como mostra a seguinte passagem da *Retórica*, de Aristóteles:

(...) seria absurdo que a incapacidade de defesa física fosse desonrosa, e o não fosse a incapacidade de defesa verbal, uma vez que esta é mais própria do homem do que o uso da força física. (I, 1355 a e b).²

¹ De acordo com Greimas (2011, p. 132-133), o destinador é um actante da narrativa que comunica ao destinatário o conjunto de valores, tentando convencê-lo a fazer algo.

² Esse “I” refere-se ao primeiro livro da *Retórica* de Aristóteles.

O filósofo grego tinha convicção de que, sem eloquência, uma pessoa não seria capaz de executar ações verdadeiramente transformadoras. Nesse sentido, ao tomar a palavra enquanto um representante, o político deve se colocar como um sujeito do poder, aquele que quer, sabe e pode governar. Vale ressaltar, ainda, que a política é da esfera pública, do bem comum, o que torna o discurso político da ordem do previsível, da normalidade (no sentido de dentro de determinadas expectativas e normas). É difícil imaginarmos um homem político fazer uma fala puramente improvisada, pois ele sempre deve estar preparado para discursar.

A persuasão do discurso político prevê também o conhecimento, o saber. Espera-se que o sujeito conheça a realidade na qual atua ou pretende atuar. Dessa forma, o político aparece sempre como aquele que sabe, que compreende, que pode explicar. Nesse sentido, Le Bart expõe uma característica do discurso político por ele nomeada de “transparência social”, isto é, a apresentação da sociedade por meio de um conjunto de estratégias que resultam na construção de um mundo aparentemente simples e ordenado. Entre essas estratégias, o cientista político francês menciona a classificação e a explicação.

O discurso político classifica as pessoas e as coisas, transforma o universo complexo em polaridades simples: direita/esquerda; bem/mal; coxinha/mortadela; ordem/desordem; amigo/inimigo; justo/injusto; público/privado; moderno/arcaico; verdadeiro/falso; legítimo/ilegítimo etc. Ainda de acordo com Le Bart, a explicação dos fenômenos é feita por meio de empréstimos de duas ordens principais – o senso comum e a ciência. Tais empréstimos também contribuem para a caracterização dos grupos políticos, como afirma o autor:

(...) as ideologias políticas remetem a diversas formas de natureza: o conservadorismo à biologia, o marxismo à dinâmica e à química, o liberalismo à matemática. O procedimento, entretanto, é sempre o mesmo, trata-se de desproblematizar um objeto (...) (LE BART: 1998, p. 74-75. Tradução minha)³.

Um exemplo de discurso conservador construído com remissão ao biológico pôde ser visto em *outdoors* espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro ao longo do segundo semestre de 2017, com os seguintes dizeres do pastor Silas Malafaia: “Em favor da família e preservação da espécie humana. Deus fez macho e fêmea”.

Embora seja predominantemente da ordem do previsível, a política, fazendo parte das ações humanas, tem em sua essência questões irreversíveis e imprevisíveis. De acordo com Hanna Arendt (2007), duas atitudes são necessárias para sanar tais características – o perdão e a promessa. O fato de o discurso político estar, em grande parte do tempo, pedindo poder para realizar ações futuras faz com que a promessa se torne fundamental em sua constituição. Landowski parte desse ponto para chegar a outro lugar essencial do discurso político– o crer e a confiança:

Acaso prometemos algo que não nos “custa” nada? Do mesmo modo, se examinarmos por um instante a cena do *juramento*, acaso pediríamos para alguém dizer a “verdade”, se um outro discurso, o da “mentira”, não fosse considerado, ao menos sob certos aspectos, mais “rentável” para o sujeito (S1), a quem o outro (S2) impõe o juramento? Que significa isso mais profundamente, senão que a palavra dada na promessa

³ “(...) les idéologies politiques renvoient à des formes diverses de nature: le conservantisme à la biologie, le marxisme à la dynamique et à la chimie, le libéralisme aux mathématiques... Le procédé est cependant toujours le même, qui consiste à déproblématiser un objet (...)”(LE BART: 1998, p. 74-75)

ou no juramento, longe de ser alguma harmonia preestabelecida entre os respectivos programas das partes, intervém num contexto essencialmente polémico, no interior do qual a divergência, sempre latente, nos interesses perseguidos por cada um funda, antes de qualquer outra coisa, uma legítima *desconfiança* entre os sujeitos? (LANDOWSKI, 1992, p.159, grifos no original)

Candidatos, após serem eleitos, podem não cumprir as promessas de campanha com infrações das mais leves às mais graves, como deixar o mandato antes do final para postular um novo cargo, trocar a oposição pela situação ou desviar o dinheiro público para fins privados. As palavras do semiótico revelam o caráter tenso e polémico da política, enfatizando a importância de se crer não só naquilo que é dito, mas também naquele que diz.

Aristóteles, em sua obra *Retórica*, ao discorrer sobre as provas oratórias, aquelas imprescindíveis para um bom orador e um bom discurso, apresenta o conceito de *éthos*, que reside no caráter moral do orador. Trata-se da imagem que este constrói⁴ no discurso para inspirar confiança no auditório e tornar sua persuasão mais eficaz, ideia expressa com bastante clareza no texto do filósofo grego:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas. [...] porém, é necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador (I, 1356 a)

De acordo com Aristóteles (II, 1378a), três são as causas que tornam o orador persuasivo: *phrónesis*, *areté* e *eunóia*. A primeira (traduzida como prudência) significa ter ar ponderado, apresentar conselhos razoáveis; a segunda (virtude), significa apresentar-se como simples e sincero; a terceira (benevolência) significa ser solidário e amável com os ouvintes. Inspira mais confiança, ou seja, apresenta a melhor imagem de si, aquele que possui, pelo menos aparentemente, todas estas qualidades.

Os predicados necessários para a construção de um *éthos* favorável variam de acordo com o auditório. Como foi dito no início, a política constrói comunidades de ética, sistemas de valores comuns e regularidades de comportamentos recíprocos. Por isso é importante que a promessa feita pelo político esteja em consonância com os valores e os desejos do público.

O homem político é aquele que tem legitimidade para governar, a qual lhe é conferida através da lei. A legitimidade atribui o poder legal. Entretanto, de acordo com Charaudeau, à legitimidade deve-se associar a credibilidade e a autoridade. Para o analista de discurso, a credibilidade associa-se à capacidade do homem de fazer e principalmente à crença de que aquele sujeito sabe fazer, pode fazer e fará o prometido. Enquanto a credibilidade associa-se à crença, a autoridade vai mais além, ela se refere ao poder de submeter o outro ao seu domínio, ela elege líderes, escolhe quem vamos obedecer. Nessa perspectiva, o discurso político constrói constantemente figuras de autoridade, entre as quais as mais comuns são um guia supremo, espécie de pastor; um mestre sábio; um pai ou um comandante (cf. Charaudeau, 2006, p. 153-163).

Voltamos a nos aproximar de outro elemento central da política apresentado no início – a intersubjetividade. A autoridade de um comandante só funciona se houver comandados que a reconheçam enquanto tal. Não há governantes sem governados. Não há eu sem tu. Quando o

⁴ O sujeito enunciativo (e sua imagem) constrói-se no e pelo discurso, e, dessa forma, suas estratégias discursivas podem ser conscientes ou não.

eleitor dá um voto de confiança a um político, esperando que este sujeito realize algo que está em consonância com o seu (do votante) desejo, funda-se um contrato chamado por Greimas (2014) de paixão complexa ou intersubjetiva. Eis a última constante do discurso político que se apresenta neste trabalho: o elemento passional. Ainda no espectro da semiótica discursiva, Landowski afirma: “(...) o homem é, no fim das contas, um ser lógico; mas não o é completamente. Por exemplo, a maioria de nós se inclina para a confiança e a esperança, mais que a lógica nos autorizaria” (LANDOWSDKI, 1992, p.154)

Segundo Zilberberg (2011), é o sensível, a intensidade que rege o inteligível, regra que não é válida apenas para o discurso político, mas para as ações humanas em geral. Nesse sentido, a política se faz com esperança de dias melhores, com medo de dias piores; com paixões benevolentes pelos nossos aliados (simpatia, admiração, amor, idolatria etc.), e com paixões malevolentes pelos inimigos (antipatia, raiva, ódio, desejo de vingança, rancor etc). Uma disputa política pode se tornar uma verdadeira guerra de nervos na qual, aquele que souber impor o ritmo, terá grandes chances de vencer. Há algo mais inquietante que um silêncio prolongado? Saber manter a calma, ser paciente, blefar, baixar ou subir o tom de voz, saber a hora de atacar, saber quando investir mais ou menos energia...enfim, todo esse controle das emoções é fundamental na política e, extensivamente, no discurso político.

Como foi dito no início, a política é histórica, assim como o é o discurso. Claro está, portanto, que cada discurso político é único. Logo, nem sempre as características apresentadas neste item estarão presentes nos discursos estudados. Às vezes poderão ser encontradas algumas coerções, mas não outras; algumas constantes, mas não outras. E, até mesmo, em certos casos, serão encontrados elementos opostos, que subvertem totalmente as teorias apresentadas.

3. Análise do discurso do “Caso Cristiane Brasil”

Cristiane Brasil tomou posse como deputada federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB-RJ) em 2015, após ter exercido a função de vereadora na cidade do Rio de Janeiro entre 2005 e 2014. É filha do ex-deputado federal Roberto Jefferson, um dos principais líderes do PTB, que teve seu mandato cassado por envolvimento no mensalão, do qual foi delator. No início de janeiro de 2018, a política foi indicada para o cargo de Ministra do Trabalho pelo presidente Michel Temer. Essa indicação, típica do funcionamento do sistema político brasileiro, pois, em troca de apoio no Congresso, o presidente havia cedido a Ministério do Trabalho ao PTB, teve como idealizador e fiador seu próprio pai.

Entretanto, o juiz da 4ª Vara Federal de Niterói (RJ) suspendeu a posse alegando que esta feria o princípio da “moralidade administrativa”, já que a deputada havia sofrido condenações trabalhistas em ações movidas por dois de seus ex-motoristas. O governo recorreu da decisão e o caso obteve diversas negativas na primeira instância da Justiça.

Enquanto aguardava o veredicto do Supremo Tribunal Federal, a deputada gravou um vídeo em sua defesa, o qual foi divulgado na rede em vinte e oito de janeiro. A gravação, que atingiu mais de um milhão de acessos, teve uma repercussão bastante negativa e gerou constrangimentos para o governo. Por fim, a deputada não se tornou ministra.

Nossa análise se atém essencialmente ao vídeo mencionado, com a contribuição de alguns poucos comentários presentes nas redes sociais, os quais permitem uma compreensão mais ampla da situação. A pergunta que se pretende responder é a seguinte: por que esse vídeo teve um efeito tão negativo?

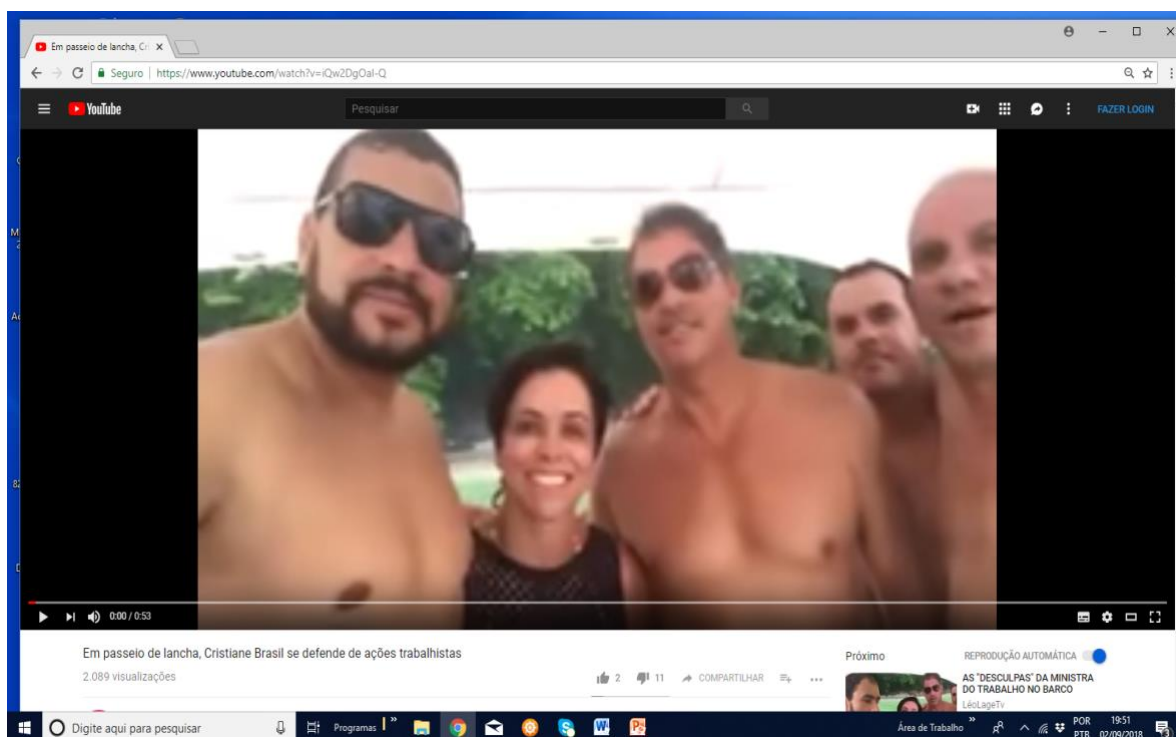


Figura 1: vídeo de Cristiane Brasil.

Abaixo, transcrevemos o conteúdo na íntegra:

AI⁵: Vai ministra!

CB: Eu tenho para falar para vocês o seguinte: todo mundo tem direito de pedir qualquer coisa na justiça. Todo mundo pode pedir qualquer coisa abstrata. O negócio é o seguinte:

AI: É, correto... (assalto ao turno)

CB: quem é que tem direito? Ainda mais na Justiça do Trabalho. Eu juro para vocês. Eu juro para vocês que eu não achava que eu tinha nada para dever para essas duas pessoas que entraram contra mim. E eu vou provar isso em breve.

A1 E eu tô com você, doutora!

A2: Na verdade, eu posso dar uma declaração aqui (assalto ao turno).

A1: O Flávio pode falar.

A2: Nós sabemos disso. Como empresário aqui, ação trabalhista toda hora a gente tem. A gente indeniza, paga.

A1: Todo mundo pode ter. Eu tenho, ele tem,

CB: Eu só quero saber

A2: Qualquer um pode ter (assalto ao turno)

CB: Eu só quero saber o seguinte: quem é que pode passar na cabeça das pessoas que entra na (contra a gente) em ações trabalhistas

O vídeo tem 54 segundos e pode ser acessado em diferentes endereços⁶. Mas, por que podemos afirmar que se trata de um discurso político? Entre as definições apresentadas no início do trabalho, diversas são as características que cumprem o requisito: trata-se de uma pessoa política; o assunto é sobre política; há um sujeito pedindo o poder de ser o representante

⁵ Leia-se: A1 (amigo 1, o primeiro à esquerda de Cristiane Brasil; CB (Cristiane Brasil) e A2 (amigo 2, o primeiro à direita da deputada).

⁶ A versão aqui analisada encontra-se disponível em <<<https://www.youtube.com/watch?v=iQw2DgOaI-Q>>>, acesso em 02/09/2018.

– a deputada tenta ganhar a adesão da opinião pública na polêmica de sua indicação para ministra do trabalho. Há um elemento, porém, que diverge das definições – o contexto. A deputada não estava em uma situação política, de vida pública, mas em um momento de lazer, na praia, em uma lancha, e aparece rodeada de quatro homens. Esse contexto de vida privada e a forma como o vídeo foi produzido violam também um traço apresentado como uma constante do discurso político, o fato de serem da ordem do previsível. A deputada fez um vídeo “espontâneo”, “improvisado”. Vale mencionar, ainda, o papel dos meios de comunicação na construção dos efeitos de sentido dos discursos políticos. Uma gravação feita entre amigos, no âmbito privado, ao “cair na rede”, “viraliza” e tem um enorme impacto na carreira política da deputada.

O cenário no qual o vídeo foi gravado corresponde a um dos principais motivos de sua reprovação. As críticas recaíram sobre a condição de lazer privilegiada, como se observa nesta Manchete do RTI notícias⁷: “Em situação luxuosa, Cristiane Brasil se defende de ações trabalhistas”. O fato de ela estar rodeada de quatro homens sem camisa, entretanto, levou a comentários muito mais agressivos, ora machistas, afirmando se tratar de uma “suruba”, um “bordel” etc., ora preconceituosos, insinuando que os amigos eram “gays” por serem “depilados” e “sarados”.

A existência de sobreposições de fala ao longo do vídeo e a frase um pouco confusa pronunciada no final [“quem é que pode passar na cabeça das pessoas que entra na (contra a gente) em ações trabalhistas”?] também motivaram questionamentos relativos ao estado das pessoas que aparecem no vídeo, apontadas como “bêbadas”, “chapadas” e outros adjetivos desqualificantes.

Membros do governo rebateram os comentários sobre o vídeo. No dia 31/01, uma reportagem do Correio Braziliense reproduz um trecho de entrevista concedida pelo ministro da Secretaria da Fazenda, Carlos Marun:

“Muita gente bate o bumbo pela liberdade, mas na verdade são uns talibãs (sic) enrustidos. Queriam que ela estivesse de burca, eu acho, lá na praia. Na praia, a gente anda assim, eu não sei vocês. Vocês vão de quê? De quimono? De burca? Eu devo confessar a vocês que, quando vou à praia, vou de calção de banho”, disse o ministro, fazendo ironias, ao afirmar que os jornalistas, hoje em dia, “são baluartes da moral e dos costumes e da roupa adequada”⁸

Roberto Jefferson, pai e fiador político de Cristiane Brasil, em postagem no Twitter⁹ no dia trinta de janeiro, também mencionou o excesso de moralismo e machismo presente nos comentários, embora tenha reprovado a atitude da filha:

⁷ Disponível em << <https://www.youtube.com/watch?v=BLNdeH2HQfk>>>, acesso em 02/09/2018.

⁸ Disponível em << https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/01/31/internas_polbraeco.656815/cristiane-brasil-enfrenta-criticas-de-aliados.shtml>>, acesso em 02/09/2018.

⁹ Disponível em << <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/01/30/roberto-jefferson-critica-video-feito-pela-filha-e-diz-que-repercussao-fala-por-si.htm>>>, acesso em 02/09/2018.



Figura 2: Postagem de Roberto Jefferson no Twitter comentando o vídeo de Cristiane Brasil.

Em efeito cascata, o pronunciamento do pai, considerado por muitos como um “puxão de orelha virtual”, ampliou a repercussão negativa da gravação, pois conferiu à deputada uma imagem de “inconsequente”, “despreparada” e “infantil”, uma jovem travessa que faz uma besteira e precisa do pai para consertar o erro.

Ao empregar verbos como “jurar” e “provar” (no caso, sua inocência), Cristiane Brasil está tentando manter (ou resgatar) a sua credibilidade, mostrar-se de confiança. Entretanto, quando jura que não sabia que devia algo aos funcionários, ela revela desconhecimento das leis trabalhistas. O político é o sujeito a quem se delega o poder de comandar, portanto, espera-se que tenha competência para isso. Como alguém pode comandar o Ministério do Trabalho sem conhecer as leis trabalhistas? No mesmo sentido, seus amigos, ao tentarem ajudá-la, além de se apresentarem como empresários, reforçando a crítica do “ambiente luxuoso e burguês”, tratam ações trabalhistas como banalidades – “toda hora a gente tem” “eu tenho, ele tem, todo mundo pode ter”. Os depoimentos anteriores, somadas à desqualificação inicial que a deputada faz à Justiça do Trabalho (“ainda mais na Justiça do Trabalho”), revelam outro problema, uma possível indisposição entre o Ministério e a Justiça do Trabalho. Essas afirmações, de forma quase despretensiosa, trazem à tona um embate atualmente existente no sistema político brasileiro, a disputa entre os poderes Judiciário e Executivo, a qual se explicita na fala do ministro Carlos Marun:

“É um vídeo privado, que vazou na internet. Ela não está roubando. Que eu saiba ela estava bem trajada no vídeo. Eu acho que continua o ponto principal, que este sim deveria estar sendo superdimensionado, que é esse vilipêndio de uma prerrogativa privada do presidente da República”, disse Marun em declarações recolhidas pelo *O Globo*. “O que existe de errado nessa história é a decisão do juiz de não cumprir com a Constituição. O descumprimento de um magistrado pelo que estabelece a Constituição Federal, isso para mim é

muito mais grave do que o fato dela ter gravado um vídeo em um mundo em que todo mundo anda com uma câmera no bolso”¹⁰

Marun aborda o imbróglio da nomeação de Cristiane Brasil para o Ministério do Trabalho como uma disputa política envolvendo dois poderes, tratando as críticas ao vídeo como moralizantes e despolitizadas. Voltamos, aqui, à questão do contexto. Uma candidata a Ministra do Trabalho, de modo surpreendente, pronuncia-se em uma situação de lazer, de forma inesperada, improvisada. Nesse pronunciamento, faz afirmações que resultam em efeito de sentido de desconhecimento do funcionamento da política (ignora as leis trabalhistas; desdenha da Justiça do Trabalho). O impacto da surpresa torna o vídeo um acontecimento; o potencial da rede faz a notícia se espalhar rapidamente, e o vídeo viraliza. O contexto não político, reforçado pela imagem, desencadeia uma série de comentários também não políticos, escancarando o descrédito com a política e o alto nível de despolitização presente em nosso país na atual conjuntura.

Considerações finais

O discurso político é um objeto de estudo complexo, que envolve questões históricas, políticas e discursivas. Ao estudá-lo, estamos colaborando para a maior compreensão do funcionamento da linguagem e da sociedade em que vivemos. Nessa perspectiva, visando reforçar a importância da análise do discurso político, apresentamos alguns trabalhos de estudiosos das perspectivas teóricas da Semiótica Discursiva e da Análise do Discurso Francesa que, acreditamos, podem trazer contribuições para o desenvolvimento de futuras metodologias de estudos do discurso político. Os conceitos expostos nos dois primeiros itens foram utilizados e mostraram-se muito frutíferos na análise do “Caso Cristiane Brasil”.

Vale enfatizar, porém, que o discurso político, ao mesmo tempo em que pode ser compreendido como algo nobre, respeitado, pode se tornar sinônimo de mentira, de enrolação, de coisa vazia. Certamente o estatuto do discurso político associa-se ao estatuto da política e dos políticos. Nesse sentido, parece bastante atual uma observação de Hanna Arendt (2007) sobre a modernidade, na qual a autora alemã afirma que, em uma sociedade despolitizada, marcada pela atomização e pela competição, que se distancia cada vez mais de um mundo comum, os homens vivem ou de forma desesperadamente solitária, ou comprimidos em massa. De modo análogo, no ocidente contemporâneo, a queda na sociedade de consumo e a atomização dos valores têm contribuído para a descrença e indiferença políticas, ou, o que é ainda mais grave, para a negação da política e a busca de um salvador, um líder com verdades absolutas, as quais, para serem implementadas, exigem medidas radicais. Para que a política, o político e o discurso político não se tornem sinônimo de algo repugnante, de deboche, é preciso resgatar a esfera pública, a ação comum entre homens livres, o exercício de nossa liberdade. Dessa forma, agindo politicamente, em disputas argumentativas, por meio do discurso político, estaremos contribuindo para a construção da sociedade e da linguagem que queremos.

For an analysis of political discourse: the Cristiane Brasil case

¹⁰ Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/30/politica/1517343526_093242.html>, acesso em 02/09/2018.

ABSTRACT: This paper is composed of two main parts. In the first one, some definitions, coercions and characteristics of the political discourse proposed mainly by French authors are presented. The predominant theoretical perspective is Discursive Semiotics, however, we also expose notions of authors of Discourse Analysis and Political Science. The intention is to rescue research not necessarily recent, but that bring important contributions to the analysis of political discourse. In the second part, the discourse of the “Cristiane Brasil case” is analyzed based on the concepts presented in the initial sections. As a result, it can be verified that the concepts presented contribute to a greater understanding not only of the corpus studied, but also of the Brazilian political reality.

Keywords: Political discourse; Discursive Semiotics; Discourse Analysis; Case of Cristiane Brasil.

Referências

ARENDT, H. *O que é Política*. Trad. Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARENDT, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. 2. ed. Bauru: EDIPRO, 2009.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Ridel, 2007.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen Varriale *et. ali*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FULANETI, O. N; BUENO, A.M. (orgs). *Linguagem e política: princípios teórico-discursivos*. São Paulo: Contexto, 2013.

GREIMAS, A. J. Sobre a cólera. In: GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014, p. 233-253.

GREIMAS, A. J; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Pontes, 1992.

LANDOWSKI, E. Politique (sémiotique politique); situation; sociosémiotique. In: GREIMAS, J. A; COURTÉS, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, 1986, p. 172-173.

LE BART, C. *Le discours politique*. Paris: Puf, 1998.

OLIVEIRA, T.S.F; SAHD, L.F. N. *As bases do pensamento político de Aristóteles e a formação de uma filosofia política*. Disponível em www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/download/3834/2839. Acesso em 30/09/2017

ZILBERBERG, C. *Elementos de Semiótica Tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Data de envio: 07/08/2018

Data de aceite: 17/12/2018